

**AS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS REGIÕES DA  
BAÍA DE CAMAMU (BA) E DO NÚCLEO PICINGUABA DO PARQUE ESTADUAL  
DA SERRA DO MAR (SP): UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL**

Joilson Cruz da Silva

**Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia- IFBA**

Francisco Nataniel Batista de Albuquerque

**Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP**

Melchior Carlos do Nascimento

**Universidade Federal de Alagoas/UFAL**

**RESUMO:** Este estudo tem a finalidade de analisar, por meio de comparação, as interações existentes entre comunidades quilombolas das regiões da Baía de Camamu/Bahia e do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar/São Paulo e seus respectivos espaços de vivência. De maneira geral, observou-se que as semelhanças existentes entre estas comunidades de remanescentes quilombolas estão associadas à maneira como estas populações se relacionam com o meio ambiente local, inclusive quanto ao uso de tecnologias destinadas às extrações dos recursos florestais e pesqueiros.

**Palavras-chave:** comunidade quilombola; unidade de conservação; desenvolvimento sustentável.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze, by means of comparison, the interactions between maroon communities of the regions of the Bay of Camamu/Bahia and Center Picinguaba in State Park of Serra do Mar/ São Paulo and their living spaces. In general, we found that the similarities between these quilombolas communities remaining are linked to the way these people relate to the local environment, including the use of technologies aimed at extraction of forest resources and fisheries.

**Key-words:** quilombola community; conservation unit; sustainable development.

## **1. INTRODUÇÃO**

O conhecimento sobre as relações e grau de interação entre as comunidades tradicionais e o meio ambiente, em particular aquelas situadas próximas às unidades de conservação, tem se mostrado essencial para a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento de práticas sustentáveis, bem como para construção do processo educativo dessas comunidades, pois a tradição cultural desempenha um papel na determinação do comportamento das pessoas em relação ao meio ambiente (DREW, 1989).

Neste contexto, a finalidade deste estudo foi analisar comparativamente como se processa a relação das comunidades quilombolas nas regiões da Baía de Camamu/Bahia e do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar/São Paulo, com o seu habitat, uma vez que elas são expressões de resistência, desenvolvendo uma forma própria de organização social, produtiva, religiosa e cultural que as tem levado a se tornarem símbolos de diferenciação na relação mantida com o espaço natural onde vivem, questão esta que tem contribuído para o alto grau de preservação e conservação do ecossistema, condições que transformaram estes ambientes naturais em unidades de conservação

Sofrendo sérios riscos em função do desenvolvimento de certas atividades econômicas na região, como a especulação imobiliária e o turismo, as quais têm provocado a exploração desigual da mão de obra local, as comunidades remanescentes de quilombos destas localidades vêm resistindo e fazendo o enfrentamento, principalmente no que se relaciona à manutenção e preservação do ambiente local.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2012), a Bahia possui o maior número de comunidades remanescentes de quilombos, 438, enquanto São Paulo possui apenas 45 comunidades, das 1826 existentes em todo o país. Esta grande discrepância existente entre o Estado da Bahia e São Paulo se deve ao processo histórico de colonização, uma vez que o Estado da Bahia e o Nordeste foram a porta de entrada para os trabalhadores escravizados, principalmente para serem utilizados na lavoura da cana-de-açúcar. Já a entrada de negros escravos no Estado de São Paulo se deu mais tardiamente, em função do desenvolvimento da lavoura de café, sendo que estes trabalhadores foram posteriormente substituídos pela mão de obra estrangeira.

Na região da Baía de Camamu, encontramos algumas das comunidades quilombolas existentes no Estado da Bahia, e dentre elas podemos citar as de Dendê, Ilha das Flores, Martin, Osmeira, Pedra Mole, Ponta, Rio de Carmucin, Rio Novo e Salina (Igrapiúna); Águas Vermelhas, Burudanga, Conduru, Garcia, Jaqueira, Orojó, Pimenteira, Pinare, Sorojó e Terra Seca (Camamu); Ingazeira e Lagoa Santa (Ituberá); Tremembé, Piracanga e Empata Viagem (Maraú). Já em Ubatuba, no Estado de São Paulo, encontramos as seguintes comunidades: Caçandoca, Cambury, Fazenda Picinguaba e Sertão do Itamambuca (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Estas comunidades, hoje, procuram viver em solidariedade e comunhão existencial com a natureza desses locais, uma vez que vivem em regiões que possuem ecossistemas satisfatoriamente preservados, constituídos de praias em estado ainda primitivo, ilhas,

estuários circundados por extensa área de manguezal (Baía de Camamu) e enseadas e costões rochosos (Núcleo de Picinguaba), numa costa extremamente recortada.

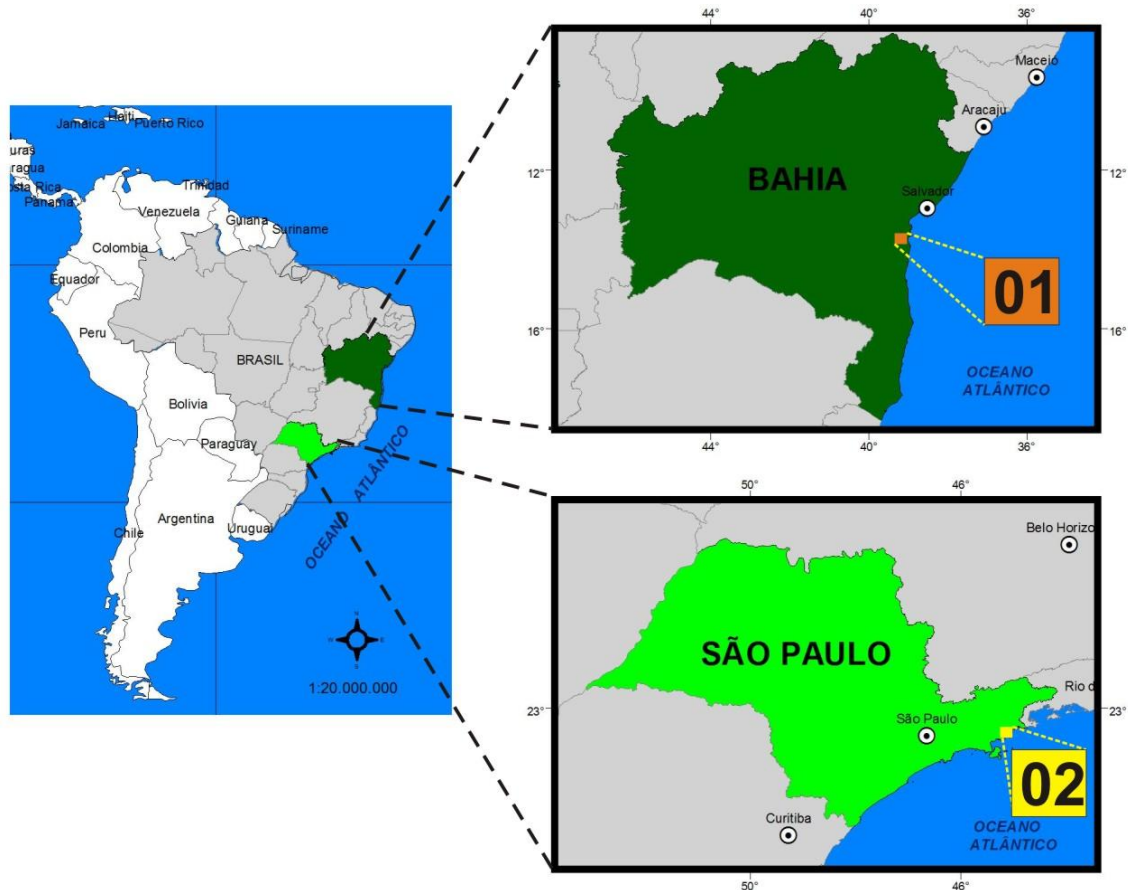
Os quilombos, segundo Nascimento (1982), eram comunidades que procuravam viver em solidariedade, em uma convivência e comunhão existencial, e que organizavam sua produção agrícola, seus sistemas políticos e sua vida social na base da disciplina trazida do continente africano. Tinham como objetivo principal resistir e fugir do sistema escravocrata vigente.

No momento atual, a preservação dessas comunidades enfrenta dificuldades no reconhecimento da posse das terras, como podemos ver em Mariano et al. (2002, p. 30) “as comunidades preservam as raízes negras, mas ainda lutam para sobreviver e superar as condições adversas”, e no nosso entender a principal condição adversa é a não titulação das terras quilombolas.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA**

Os locais objetos deste estudo localizam-se em regiões costeiras banhadas pelo Oceano Atlântico. A região da Baía de Camamu localiza-se no nordeste do país, no estado da Bahia, e o Núcleo Picinguaba, está localizado na região sudeste, no litoral norte do estado de São Paulo (Figura 01).

**Figura 01.** Localização das áreas de estudo: (01) Baía de Camamu (02) Núcleo Picinguaba.



Fonte: Melchior Nascimento.

O Núcleo Picinguaba está localizado no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, nas coordenadas geográficas 23° 27' Latitude Sul e 45° 15' Longitude Oeste, ocupando uma extensão aproximada de 47,5 mil hectares, configurando-se num dos oito núcleos operacionais do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), que teve sua área dividida com a finalidade de melhorar a sua gestão, dada sua grande extensão. O PESM possui cerca de 315 mil hectares, estendendo-se do município de Ubatuba, divisa com o estado do Rio de Janeiro, no litoral norte, até os municípios de Peruíbe e Pedro de Toledo, no litoral sul.

Ocupando uma área equivalente a 80% do município de Ubatuba, o Núcleo é constituído por um extenso mosaico de remanescentes de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Consiste no único trecho do PESM que abrange o nível do mar, chegando até a planície litorânea e costões rochosos (Figura 02).

**Figura 02.** Vista panorâmica da variedade de ecossistemas da Mata Atlântica: praia, rio, mangue, restinga, mata de encosta e montanha.



Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

A Baía de Camamu está localizada no Litoral Sul do Estado da Bahia, na região denominada de Baixo Sul, a  $13^{\circ} 50'$  de Latitude Sul e  $39^{\circ} 00'$  de Longitude Oeste, compreendendo os municípios de Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Marau.

A Baía de Camamu, possuindo aproximadamente 24 km de largura e 43 km de fundo, é a terceira maior baía do Brasil, sendo superada em tamanho apenas pela Baía de Todos os Santos (Bahia) e a Baía de Guanabara (Rio de Janeiro). Distribui-se pelos territórios dos municípios de Camamu, Igrapiúna, Ituberá e Marau, na zona turística da Costa do Dendê, contando com três unidades de conservação de uso sustentável: Baía de Camamu, Pratigi e Ilhas de Tinharé e Boipeba.

A área possui um ecossistema preservado, possibilitando a formação de uma bela e diversificada paisagem geográfica, constituída por praias em estado primitivo. Possui ainda ilhas, piscinas formadas em recifes de coral e um amplo estuário circundado por uma extensa

área de manguezal (Figura 03), que se desenvolve em torno de uma costa extremamente recortada e das inúmeras ilhas do lugar, formando um ambiente de rara beleza cênica no Estado (SILVA, 2003).

**Figura 03.** Manguezal, ecossistema característico da Baía de Camamu – Julho/2003.



Fonte: Joilson Silva, 2003.

## 2.1. Região da Baía de Camamu

Na referida baía encontra-se inserida a Área de Preservação Ambiental (APA) Baía de Camamu, nosso objeto de estudo, possuindo 118.000 ha (1180 km<sup>2</sup>) e abrangendo os municípios de Camamu, Marau e Itacaré. A área envolve as terras, as águas e o conjunto de ilhas e recifes inseridos em sua poligonal (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DA BAHIA, 2012).

Do ponto de vista físico-natural, a área está inserida sobre uma bacia sedimentar fanerozóica, submetida a um regime pluviométrico anual que chega a 2.500 mm, distribuídos de janeiro a dezembro, chegando a um excedente hídrico de 1.200 mm, características essas que conferem à área condições de maior umidade e precipitação do Estado (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA, 2003; 2007).

As características climáticas, associadas às coberturas detríticas tércio-quaternárias da zona de contato continente-mar da planície litorânea, condicionam a presença de formações vegetais pioneiras, com influência marinha, fluviomarinha e fluvial (vegetação de restinga, manguezal e aluvial), edificadas sobre Espodosolos (ao norte), Latossolos (ao centro) e Planossolo (ao sul) da Baía de Camamu (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA, 2007).

## **2.2. Região da Serra do Mar: Núcleo Picinguaba (NP)**

Conforme mencionado anteriormente, o PESM abrange o nível do mar, chegando até a planície litorânea e costões rochosos, incluindo cinco praias e três agrupamentos humanos, os caiçaras, que ainda mantêm aspectos de sua cultura tradicional (SIMÕES et al., 2002). Fazem parte a Vila Picinguaba, uma aldeia de pescadores na Praia do Cambury, e um agrupamento de pequenos posseiros no sertão da Fazenda Picinguaba (REFÚGIO AMBIENTAL, 2012). O Núcleo Picinguaba foi o primeiro a tentar “compatibilizar a presença das comunidades caiçaras e a conservação no plano de manejo” (DIEGUES, 1994), sendo área tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephat.

A localização da Serra do Mar, bem próxima da costa e na altura do Trópico de Capricórnio, na maior parte das vezes influencia as frentes que perdem intensidade com a diminuição da latitude, estacionando e se dissipando sobre a área, ocasionando acréscimo de pluviosidade, mesmo no inverno, registrando média pluviométrica anual entre 2.000 e 2.500 mm, com valores médios de temperatura que oscilam entre 19,5 °C e 25,9 °C, respectivamente nos meses de julho a fevereiro (SÃO PAULO, 1998).

O Núcleo Picinguaba distribui-se por cinco unidades de relevo: Relevo de planalto; Escarpas festonadas; Escarpas com espigões digitados; Serras alongadas e morros isolados; Planícies costeiras e depósitos associados (IPT; SMA-IG, 1992, *apud* SÃO PAULO, 1998).

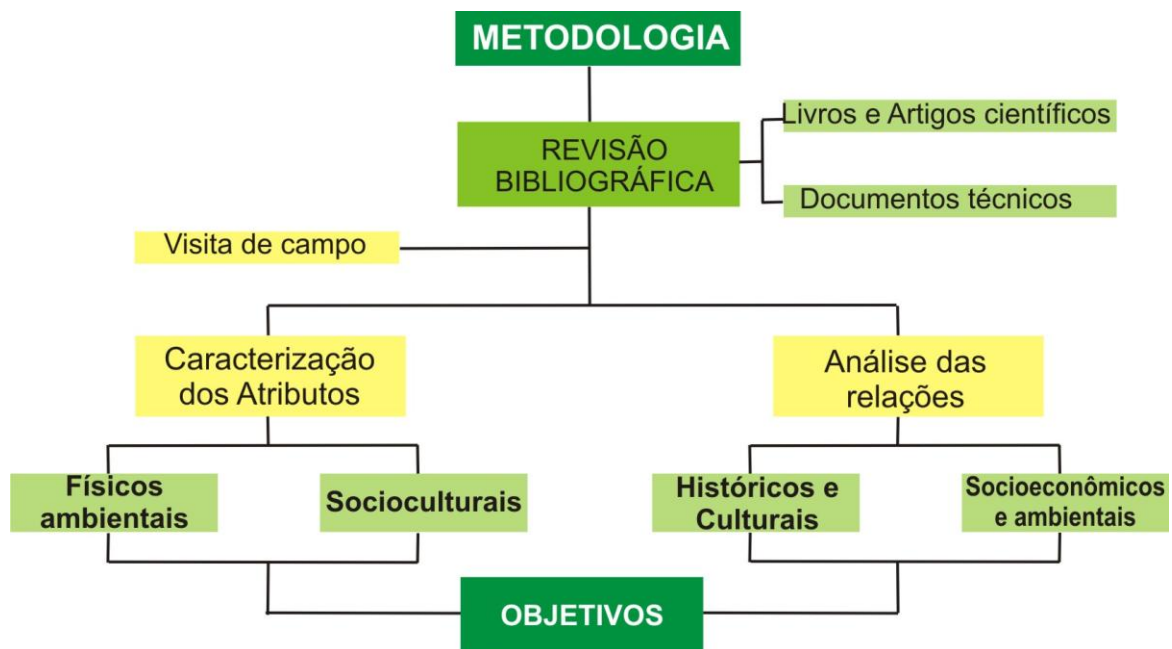
## **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A partir da bibliografia existente sobre as comunidades quilombolas residentes nas regiões da Baía de Camamu (BA) e no Núcleo Picinguaba, do Parque Estadual da Serra do Mar (SP), especialmente os documentos técnicos, foi possível desenvolver a abordagem

metodológica proposta neste estudo, que consistiu na análise das características socioculturais e ambientais destas populações tradicionais. Adicionalmente, também foram realizadas visitas em campo, objetivando estabelecer contato com as expressões locais mais representativas destas comunidades e para aquisição de registros fotográficos.

Considerando as regiões delineadas como área de interesse deste estudo, o procedimento metodológico utilizado foi realizado em duas etapas distintas: i) *caracterização dos atributos físico-ambientais e socioculturais*; e *análise das relações socioespaciais das comunidades*. A Figura 04, a seguir, simplifica as principais abordagens realizadas durante o desenvolvimento das etapas relativas inerentes à pesquisa.

**Figura 04.** Síntese dos procedimentos metodológicos aplicados para o desenvolvimento do estudo.



### 3.1. Caracterização dos atributos

A seleção dos atributos destinados à *caracterização dos aspectos físico-naturais e socioculturais* das duas regiões e suas respectivas comunidades foi realizada a partir da identificação dos atributos naturais mais relevantes para as referidas áreas, sendo utilizados como principal alicerce teórico e conceitual, entre outras fontes de pesquisa, os documentos científicos e técnicos produzidos sobre a Baía de Camamu (BA) e o Núcleo Picinguaba (SP).



Assim, foram observados os atributos relacionados à paisagem, com destaque para aqueles que apresentavam semelhanças entre as duas regiões. No caso das características socioculturais, foram considerados exclusivamente os fatores inerentes às comunidades e a correlação destas com os recursos disponíveis. Em seguida, as informações foram organizadas para posterior análise.

### **3.2. Análise das relações socioespaciais**

De posse das informações relativas às características físico-ambientais e socioculturais foi possível desenvolver, em caráter preliminar, a análise das relações socioespaciais destas comunidades, sendo observadas as semelhanças e os aspectos mais peculiares existentes entre elas. Nesta etapa do estudo, foram analisadas as inter-relações das comunidades com o ambiente no qual elas se encontram inseridas, as discrepâncias e similaridades existentes entre elas, bem como a relação delas com as instituições governamentais e as sociedades civis constituídas e atuantes na área.

## **4. RECONHECIMENTO DAS COMUNIDADES E SUAS RELAÇÕES COM O AMBIENTE LOCAL**

Na mesma perspectiva do Movimento dos Sem Terra (MST) pela luta por reforma agrária no país, os movimentos sociais negros, objetivando o resgate e a cidadania das comunidades quilombolas estabelecidas ao longo de um processo histórico no território nacional, começaram a discutir a necessidade do reconhecimento das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos antigos quilombos, alcançando êxito a partir da publicação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas.

São consideradas comunidades remanescentes de quilombos, segundo o referido decreto, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” ao longo do processo histórico.

A partir de então, entre o período de 2005 e 2008, os territórios da Baía de Camamu (Bahia) e do Núcleo Picinguaba (São Paulo) obtiveram o reconhecimento de suas inúmeras

comunidades quilombolas. As comunidades quilombolas são identificadas por uma forma peculiar de organização social, produtiva, religiosa e cultural, além de uma forte relação com a natureza, desenvolvendo práticas cotidianas que levam à conservação do espaço natural.

Essas comunidades, originalmente, formaram-se a partir da fuga de negros das fazendas da região, que tinham como produto principal a mandioca para a produção de farinha. Isto fez com que a Baía de Camamu se tornasse, ao final do século XVIII, a principal abastecedora dessa mercadoria para a cidade de Salvador e o Recôncavo Baiano. De acordo com Reis e Santos (1996, p. 338), “a expansão dos mandiocais nesta região ajudava a alimentar a expansão dos canaviais do recôncavo. A monocultura da cana em uma região provocava a monocultura da mandioca em outra”.

Já em relação às comunidades quilombolas do Núcleo Picinguaba, suas origens estão ligadas aos ciclos econômicos da mineração e do café (este último em sua fase inicial), como podemos ver em Marchetti (2009, p. 14), ao afirmar que “os ciclos econômicos com algum destaque na região foram os ciclos da mineração e do café, os quais serviram como importantes rotas de entrada para grande parte da mão-de-obra escrava, que desembarcou no Brasil pelo porto de Parati”.

Essas comunidades procuravam conviver harmoniosamente com a natureza, fazendo das matas o seu espaço de liberdade. Desse modo, essas comunidades ocuparam um ambiente costeiro, mantendo suas tradições no uso deste espaço, o que foi muito importante para a preservação local, pois, segundo Molina (2001, p.55), “os sistemas ecológicos costeiros sofrem os efeitos de seu aproveitamento e dos impactos gerados pelas atividades do homem”. Essas regiões, portanto, devem muito às comunidades quilombolas o alto grau de conservação dos seus ecossistemas. Daí se constituírem hoje em patrimônios naturais.

Uma das formas de perceber essa relação pode ser através dos símbolos culturalmente valorizados pela comunidade. No caso dos quilombolas do Núcleo Picinguaba, estão a Serra do Mar e a Mata Atlântica, as águas do rio que movimentam a roda d’água e as ondas do mar (UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU, 2012), estabelecendo uma forte relação com o ambiente local, seja figurado na madeira retirada das encostas da serra para construção da canoa, na farinha produzida a partir da roda d’água, ou na pesca no mar.

No passado, segundo Reis e Santos (1996, p.339), “além de escoar a produção agrícola, o mar, os mangues e o rio proviam a vila e seus arredores de mariscos, crustáceos e peixes (...) e a mata era fonte de caça e de frutos em abundância”, tanto na região da Baía de Camamu, quanto no Núcleo Picinguaba.

Em se tratando do principal meio de transporte destas comunidades, a canoa tem forte significado cultural, especialmente na cidade paulista de Ubatuba, que em tupi-guarani significa “terra de muitas canoas”. A presença destas embarcações na região continua bastante marcante, sendo visivelmente percebida no litoral de Ubatuba. A arte de fabricar canoas “de um pau só” tem sido uma importante expressão cultural dos quilombolas. O Projeto *Com Quantas Memórias se faz uma Canoa* catalogou 422 canoas em 37 praias. Atualmente, apenas 40 caiçaras são responsáveis pela fabricação das canoas.

As canoas de Ubatuba, em geral, têm como peculiaridades a proa (parte da frente) bastante erguida e a existência da sobreproa – uma lâmina de madeira pregada na ponta da proa para ajudar a romper as ondas no momento de entrar na água e para facilitar a navegação. “É uma característica nossa, adaptada ao tipo de mar, já que o pescador enfrenta as ondas de frente quando entra na água”, afirmam moradores da região. Os pesquisadores constataram que 75% das canoas do município têm sobreproa (MARQUES, 2012).

Na Baía de Camamu, a canoa também tem sido um importante meio de transporte das comunidades quilombolas da região, sendo utilizada como equipamento essencial para pesca e coleta de marisco na região dos manguezais.

O trabalho de fabricação da canoa começa sobre o tronco ainda na mata, com o que se chama de *arraso* da madeira, para que a mesma se torne mais leve e seja mais facilmente *puxada* para fora da mata. Configura-se como um evento social que envolve bastante gente.

Espécies como o cedro, o guapuruvu, o ingá-amarelo e a timbuíba representam 86% das embarcações localizadas, porque oferecem uma boa relação entre resistência e fluabilidade (Figura 05).

**Figura 05.** Canoa da comunidade de Ubatuba esculpida em um jequitibá - elemento característico da paisagem.



Fonte: Peter Santos Németh.

No caso da pesca, embora essa tenha sido desenvolvida de diversas formas em ambas as comunidades, na Baía de Camamu a utilização da *gamboa* (curral) assume posição de destaque (Figuras 06 e 07). A pesca de gamboa consiste em uma prática de origem indígena, e trata-se de uma armadilha feita em estrutura de madeira, envolta em uma esteira feita com a folha da piaçava. A estrutura é armada de maneira que os peixes, ao entrarem, dela não conseguem sair, tornando-se uma presa fácil para os pescadores que, dependendo do tamanho e do peso dos peixes, utilizam rede ou arpão para capturá-los.

**Figura 06 e 07.** Gamboa instalada e coleta dos pescados presos na praia de Barra Grande (Camamu).



Fonte: Joilson Silva, 2003.

Já no Núcleo Picinguaba, no litoral norte paulista, a pesca ocorre de forma similar, com a estrutura de *cercos* (armadilhas flutuantes confeccionadas com redes, fixadas ao fundo por âncoras e sustentadas por flutuadores, que operam em toda a coluna d'água, 24 horas por dia). Esta estrutura é uma modernização das antigas *gamboas* existentes na região da Baía de Camamu, sendo que foi introduzida por imigrantes japoneses em 1920 e incorporada pela cultura caiçara/quilombola, mas com adaptações quanto ao comprimento e altura devido à fisiografia da enseada de Ubatuba (ALVARENGA et al., 2011). Esta técnica de pesca, apesar de importante para a sobrevivência da cultura destes locais, vem desaparecendo ao longo do tempo, em função do acentuado declínio da produtividade pesqueira.

A pesca artesanal é de grande importância econômica, bem como para manutenção e sobrevivência alimentar destas comunidades, que procuram retirar diretamente da natureza todos os gêneros de primeira necessidade. Daí a importância do pescado na dieta alimentar de ambas as comunidades. Esta importância pode ser verificada junto aos pescadores da Baía de Camamu, pois, segundo Silva (2003), as *gamboas* são consideradas legados familiares, sendo estes transferidos de geração para geração, fazendo parte da cultura e história de vida local. Da mesma forma, podemos verificar na região do Núcleo Picinguaba:

É preciso que cada cultura ofereça pelo menos o necessário para a manutenção do grupo. Para compensar eventuais colheitas insuficientes, ou períodos sem alimentos básicos, o caiçara recorre às trocas entre grupos da localidade. Mas tudo é feito de forma limitada, pois os recursos são limitados. Salvo, eventualmente, no caso da pesca, notadamente a da tainha, cuja época da chegada dos cardumes, para a felicidade do caiçara, coincide com o período de menores disponibilidades da produção agrícola (MARCÍLIO, 1986, 48 p.).

Tal tradição é tão importante que, em função disso, criou-se no mês de junho, na Baía de Camamu, e em agosto, no Núcleo Picinguaba, a festa da tainha, época em que as *gamboas* e os *cercos*, respectivamente, enchem-se com esse tipo de pescado (SILVA, 2003; RISSO, 1998), chegando a pegar, segundo depoimento de um pescador da Baía de Camamu, 6.000 tainhas, que são muitas vezes distribuídas gratuitamente entre toda a população local (SILVA, 2003).

## 5. INTERVENÇÃO TURÍSTICA NA REALIDADE LOCAL DAS COMUNIDADES

Os altos rendimentos gerados com o desenvolvimento do turismo têm feito com que

determinadas localidades litorâneas, na tentativa de dinamizar a sua economia, procurem de alguma forma inserir-se nessa atividade. Este é o caso das localidades situadas ao longo do litoral brasileiro, que, devido à beleza cênica das suas paisagens, têm procurado atrair turistas amantes da natureza, os denominados ecoturistas.

Procurar integrar o homem à natureza de forma racional é uma bandeira que vem sendo levantada pelos “amantes da natureza” nos últimos anos, e, em função disso, vem-se tentando conscientizar a sociedade a respeito dos benefícios que a “mãe natureza” pode trazer, não apenas para alavancar recursos naturais para a geração de empregos, mas como forma de desenvolver econômica e socialmente os locais de alto potencial ecoturístico, como as regiões da Baía de Camamu e do Núcleo Picinguaba.

Com a chegada da atividade turística nestas regiões e o desenvolvimento do ecoturismo nas diversas localidades, os terrenos próximos à praia passaram a ser ocupados por pousadas e hotéis, que fazem da sua proximidade com o mar o seu atrativo principal.

É em virtude deste potencial ecoturístico e, conseqüentemente, econômico, que o turismo surge na região como uma atividade econômica para a comunidade, constituindo-se como uma alternativa para atividades depredadoras do ecossistema local. O ecoturismo torna-se uma alternativa para o desenvolvimento econômico dessas regiões, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur (1994), este se constitui em “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das comunidades envolvidas”. Portanto, ele não visa exclusivamente ao acúmulo de capital, mas também ao bem-estar das comunidades quilombolas, ao procurar preservar o máximo possível o ecossistema local.

Desse modo, o ecoturismo pode ser definido como uma forma responsável de viajar pelas áreas naturais, tendo uma preocupação com o bem-estar dos moradores e com a preservação ambiental das localidades visitadas. Com isso, a sua prática tem sido incentivada pela comunidade local, que enxerga, nessa vertente do turismo, uma forma de impedir os estragos que podem ocorrer com o “turismo de massa” e com a permanência de outras atividades econômicas que, ao longo dos anos, não têm trazido nenhum benefício direto para a comunidade.

## **6. ECOTURISMO, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA BAÍA DE CAMAMU E NÚCLEO PICINGUABA**

No turismo, o desenvolvimento local pode ser entendido como sendo aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade social e eficiência econômica, promovendo a inclusão econômica e social das populações tradicionais, inclusive no tocante à utilização dos serviços de infraestrutura econômica e social, e dos recursos naturais existentes, porém sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

Ao analisar o turismo hoje, não podemos perder de vista a grande importância que representa, pois trata-se de uma atividade complexa que, além de gerar receitas e empregos, constitui-se em uma ocupação que estimula o resgate histórico e cultural de um povo. Nesse momento, com o *boom* (súbito crescimento) do ecoturismo, as empresas que lidam com a atividade turística e os turistas veem-se incentivados e compelidos a contribuir com a preservação do meio ambiente.

Apesar do preconceito por parte de alguns setores da atividade produtiva, por se tratar de ócio, lazer, entretenimento e diversão, objeto de análise oposta ao trabalho, esta categoria fundamental das análises marxistas (CORIOLANO, 1998 p.11), o ecoturismo deve ser encarado como uma atividade geradora de renda e primordial para o desenvolvimento econômico e social de localidades que não possuem uma atividade econômica de porte em seu território, como é o caso da região da Baía de Camamu e do Núcleo Picinguaba.

Por ser entendido como uma opção econômica de baixo custo de investimento para os governantes, porque depende principalmente dos atrativos naturais, o ecoturismo tem sido utilizado para gerar ganhos que são classificados em:

- ganhos diretos: o total de renda criada nos setores turísticos como resultante diretamente da variação dos gastos com o turismo;
- ganhos indiretos: o total de renda criada pelos gastos dos setores do turismo em bens e serviços produzidos e ofertados na economia;
- ganhos induzidos: à medida que a renda aumenta, através dos ganhos diretos e indiretos, parte dessa renda será gasta em bens e serviços diversos de outros setores da atividade econômica.

Percebe-se, então, que os governantes visualizaram no ecoturismo um poderoso aliado para promover o desenvolvimento regional e local, achando que tal atividade pode constituir-se em um fator gerador de receitas e dividendos para o município (SILVEIRA, 1997). Por outro lado, porém, eles não vêm demonstrando possuir uma preocupação em preparar a comunidade local

adequadamente, para que ela venha a interagir com essa atividade, possibilitando a sua integração e absorção pelo setor turístico.

Por conseguinte, considera-se essencial que os gestores públicos das localidades de alto potencial para instalação do ecoturismo tenham preocupação com a sustentabilidade econômica da região, buscando inserir no seu bojo os atores sociais locais. Dessa forma, o poder estabelecido deve:

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, [...] principalmente porque o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou no nosso país nem em outros países (RUSCHMANN, 2000, p.11).

Assim, torna-se fundamental a preocupação com o modelo de ecoturismo proposto para as duas regiões analisadas, bem como se este tem sido baseado em uma perspectiva de desenvolvimento local integrado e sustentável. Franco (1998) destaca ainda que no desenvolvimento desta atividade existe uma via possível para potencializar iniciativas de aumento de ocupação e de melhoria de renda, sendo uma forma de reduzir o desemprego, utilizando mão de obra local e tecnologias apropriadas e, ao mesmo tempo, integrando políticas de diversos níveis (federal, estadual, regional e municipal) e dos mais variados setores (hoteleiro, saúde, educação, transportes, meio ambiente etc.).

Com isso, teremos assegurado a participação da comunidade local, principalmente dos donos de embarcações, pescadores, marisqueiros e artesãos, que dependem de um sistema de políticas públicas e privadas relacionadas ao turismo que seja capaz de instaurar e garantir a sustentabilidade de um dinamismo econômico, capaz de gerar emprego e impulsionar melhorias na localidade, e que atraia e retenha os visitantes por um maior período na região.

O desenvolvimento do ecoturismo na região da Baía de Camamu tem como finalidade primordial assegurar a preservação do seu ecossistema, que é uma condição *sine qua non* para a sua prática, com a conservação da flora e da fauna locais, buscando, com isso, formas seguras de crescimento e o bem-estar da população local.

Os serviços turísticos no Núcleo Picinguaba assumem forte importância como ocupação secundária, principalmente entre as mulheres, no período de alta temporada (dezembro-março), quando muitas trabalham como diaristas em casas de veraneio, quiosques de praia, bares e restaurantes, e também em setores do comércio na cidade (MARCHETTI, 2009).



## COMUNIDADES LOCAIS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O Parque Estadual da Serra do Mar, no Núcleo Picinguaba, destaca-se por ter como objetivo básico a interação dos fatores históricos/antropológicos com o estudo dos ecossistemas da Serra do Mar, visando a preservação da cultura caiçara e quilombola do litoral (SÃO PAULO, 1998). Para isto, foi idealizada a criação de um centro de apoio à pesquisa e à educação ambiental, voltado para estudantes, visitantes, pesquisadores e população local.

Mesmo assim, nestas localidades encontramos problemas ambientais, tais como (SÃO PAULO, 1998; SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DA BAHIA, 2012):

### Núcleo de Picinguaba

- Proibição de novas construções para moradia;
- Impossibilidade da abertura de novas áreas de roça;
- Proibição do corte de palmito;
- Extração de madeira para construção de canoas e outras utilidades;
- Proibição da pesca de arrasto;
- Ineficiência do abastecimento hídrico na alta temporada na vila de Picinguaba;

### Baía de Camamu

- Desmatamento de manguezais;
- Invasão de áreas de preservação permanente;
- Drenagem de áreas alagadas para implantação de condomínios;
- Ocupação desordenada do solo;
- Substituição da vegetação nativa de Mata Atlântica, restinga e manguezais, por monoculturas de coco;
- Mineração de baritina e ilmenita, que contaminam as águas do rio;
- Pesca com bomba;

## 8. CONCLUSÕES

A partir da análise dos documentos levantados e das observações em campo, foi possível perceber semelhanças consideráveis entre as comunidades de remanescentes quilombolas da Baía de Camamu (BA) e do Núcleo Picinguaba (SP), alvos deste estudo. Dentre as mais evidentes,

destacou-se a dependência socioespacial destas comunidades como a principal delas, pois as sobrevivências cultural e socioeconômica estão associadas, entre outros fatores, à disponibilidade dos recursos naturais existentes em suas respectivas regiões.

Quanto aos processos históricos de instalação das comunidades de remanescentes quilombolas, ambas situadas em região litorânea, estes foram marcados pela exploração econômica, sendo a Baía de Camamu pelas lavouras de mandioca e o Núcleo Picinguaba pelo desenvolvimento da cafeicultura e a exploração mineral. Neste caso, independentemente das peculiaridades do tipo de lavoura ou manejo agrícola, a conexão entre as duas comunidades está associada à experiência e vocação de seus membros para o desenvolvimento da agricultura.

De maneira geral, as semelhanças existentes entre as comunidades de remanescentes quilombolas, acima referidas, demonstram estar associadas à maneira como estas populações se relacionam com o meio ambiente local, inclusive quanto ao uso de tecnologias destinadas às extrações dos recursos florestais e pesqueiros. Exemplos disso são a fabricação das embarcações e a pesca de cercado.

No que se refere ao desenvolvimento socioeconômico e à preservação das características culturais destas comunidades, observou-se a vocação das áreas para implementação do turismo em bases sustentáveis, pois ambas as regiões dependem da conservação dos seus recursos naturais para garantia do bem-estar de suas populações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, F. S. et al. Caracterização dos cercos flutuantes em Ubatuba – litoral norte de São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE OCEANOGRAFIA, 5, 2011, Santos. *Anais...* Santos: USP. 2011. Disponível em: <<http://www.vsbo.io.usp.br/trabs/150.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Estabelece procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2012.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao global: turismo litorâneo cearense.** Campinas: Papirus, 1998

DIEGUES, C. A. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-econômico do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro.** São Paulo: NUPAUB, USP, 1994.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FRANCO, A. **Dez consensos sobre o desenvolvimento local integrado e sustentável:**

documento final da oitava rodada de interlocução política do conselho da comunidade solidária. Cadernos Comunidade Solidária, Brasília, n. 6, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades quilombolas**. Disponível em: <[www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília, 1994.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Quilombos**. Disponível em: <[http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa\\_detalhes.aspx?location=1](http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa_detalhes.aspx?location=1)>. Acesso em: 11 jun. 2012.

MARCHETTI, F. F. **Alternativas de subsistência da comunidade caiçara/quilombola do Sertão da Fazenda, no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Ubatuba – SP**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas). IB – UNESP/ Rio Claro, 2009.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e produção: estudo da demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas: CEDHAL:USP, 1986. 244 p.

MARIANO, A. et al. Quilombos. **Revista Memórias da Bahia**, encarte do Jornal Correio da Bahia, v.2, p.30 – 47, novembro de 2002.

MARQUES, D. **Uma tradição ameaçada**. Disponível em: <[http://www.horizontegeografico.com.br/index.php?acao=exibirMateria&materia%5Bid\\_materia%5D=547](http://www.horizontegeografico.com.br/index.php?acao=exibirMateria&materia%5Bid_materia%5D=547)>. Acesso em: 02 jun. 2012.

MOLINA E. S. **Turismo e Ecologia**. Tradução Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2001

NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

REFÚGIO AMBIENTAL. **Núcleo Picinguaba**. Disponível em: <[http://www.refugioambiental.com.br/nucleo\\_picinguaba.htm](http://www.refugioambiental.com.br/nucleo_picinguaba.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

REIS, J. J. G; SANTOS, F. (org.). **Liberdade por um fio: historia dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RISSO, L. C. **Cultura Caiçara: chave para a conservação ambiental – um estudo em Picinguaba – Ubatuba - SP**. Monografia (Graduação em Geografia). IGCE – UNESP/ Rio Claro, 1998.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

SÃO PAULO (Estado). **Planos de manejo das unidades de conservação: Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba. Fase 1 – Plano de gestão ambiental**. São Paulo: SMA, 1998.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DA BAHIA. **APA Baía de Camamu**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APACAMAM&p=APAAPA>>. Acesso

em: 15 jun.2012.

SILVA, J. C. **Ecoturismo e sustentabilidade**: uma perspectiva de desenvolvimento local na região da baía de Camamu. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, 2003.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. S. Paulo: Hucitec, 1997

SIMÕES, E. et al. Programa de uso público no Núcleo Picinguaba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3, 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação o Boticário à Natureza: Associação Caatinga, 2002, p. 386-396.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA. **Cartogramas**. 2007. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=104&Itemid=95](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=104&Itemid=95)> Acesso: 15 jun. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA. **Pluviometria**. 2003. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa\\_pluviometria.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_pluviometria.pdf). Acesso: 15 jun. 2012.

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU. **Projeto quilombo da Fazenda Picinguaba**. 2012. Disponível em: < [www.usjt.br/proex/pdfs/quilombo.pdf](http://www.usjt.br/proex/pdfs/quilombo.pdf) >. Acesso em 10 jun. 2012.